Relatório
de Atividades
4º Trimestre - 2021

TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2021

Presidência
Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Vice-Presidência
Conselheiro Dimas Ramalho

Corregedoria
Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Conselheiros
Antonio Roque Citadini
Edgard Camargo Rodrigues
Renato Martins Costa
Robson Marinho

Corpo de Auditores:
Auditor Samy Wurman - Coordenador

Auditores:
Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
Antonio Carlos dos Santos
Josué Romero
Márcio Martins de Camargo
Silvia Monteiro
Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC
Procurador Thiago Pinheiro Lima – Procurador-Geral

Procuradores:
Celso Augusto Matuck Feres Junior
Elida Graziane Pinto
João Paulo Giordano Fontes
José Mendes Neto
Leticia Formoso Delsin Matuck Feres
Rafael Antonio Baldo
Rafael Neubern Demarchi Costa
Renata Constante Cestari

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCE-SP
Procurador Luiz Menezes Neto – Procurador-Chefe

Procuradores:
Carim José Feres
Denis Dela Vedova Gomes
Jéssica Helena Rocha Vieira Couto
Luiz Claudio Manfio

Secretaria-Diretoria Geral - SDG
Sérgio Ciquera Rossi

Departamento Geral de Administração - DGA
Carlos Eduardo Correa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI
Fábio Correa Xavier

SUMÁRIO

1. CORPO DIRETIVO 29
2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS: 30
2.1 FÍSICOS: 30
2.2 ELETRÔNICOS: 31
3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS 32
3.1 PELO TRIBUNAL PLENO 32
3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS 32
3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES 32
3.4 PELO CORPO DE AUDITORES 33
3.5 RESUMO DOS DADOS DE JULGAMENTO: 33
4. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC 34
5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE 34
6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL 34
6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG 34
6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4) 34
6.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II 35
6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC 38
6.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ 38
6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP 38
6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO 39
6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças 39
6.2.1.1. Planejamento e Orçamento 39
6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 45
6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA 46
6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP 47
6.6. OUVIDORIA 48
6.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 48
6.8. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO 49
6.9. CERIMONIAL 50
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 50
8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP 51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Doses Aplicadas - Janeiro a Dezembro 21
Tabela 2 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores) 30
Tabela 3 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores) 31
Tabela 4 – Processos Instruídos – DSFs 35
Tabela 5 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados 36
Tabela 6 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados 36
Tabela 7 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2021 – Despesas Correntes 41
Tabela 8 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2021 – Despesas de Capital 41
Tabela 9 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2021 - Despesas Correntes 42
Tabela 10 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2021 - Despesas de Capital 42
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Empenhado – Despesas Correntes 43
Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Empenhado – Despesas de Capital 43
Tabela 13 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Realizado – Despesas Correntes - ok 44
Tabela 14 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Realizado – Despesas de Capital - ok 44
Tabela 15 - Atividades da EPCP - 4º Trimestre 47
Tabela 16 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre. 47
Tabela 17 – Comunicados expedidos pelo GP no 4º Trimestre 51
Tabela 18 – Comunicados expedidos pela SDG no 4º Trimestre 52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 4º Trimestre 33
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual 37
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal 37

APRESENTAÇÃO

Em homenagem ao primado constitucional da publicidade, e objetivando apresentar à sociedade e à augusta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o produto de sua atuação institucional, mormente o quanto determinado no artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c.c. o artigo 3º, IX, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno, o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO** edita o presente **RELATÓRIO**, que reúne as principais atividades desenvolvidas no decorrer do **QUARTO TRIMESTRE do exercício de 2021**, sejam relacionadas ao exercício do controle externo, sejam afetas à dinâmica administrativa *interna corporis.*

Marcam a atuação do TCESP neste período as ações desenvolvidas pela Corte no âmbito de ***auditorias operacionais***, estruturadas com o propósito de avaliar a efetividade das políticas públicas dos entes jurisdicionados.

Nesse contexto, destacam-se no período a realização ***de 2 (duas) Fiscalizações Ordenadas:*** a primeira voltada a avaliar ***as condições de Obras Paralisadas em todo o Estado***, sob responsabilidade do Governo Estadual e das Prefeituras Fiscalizadas; a segunda, destinada a verificar ***a situação das unidades escolares estaduais e municipais após a retomada das aulas presenciais na rede públicas de ensino***.

Envolvendo um corpo técnico ***de mais de 500 agentes, que percorreram 486 unidades de ensino, distribuídas em 348 municípios***, a Fiscalização sobre o retorno presencial às aulas, a maior já realizada até então, demonstra, por sua escala, a importância dada por esta Corte à avaliação de dimensões da Administração Pública para além dos aspectos contábeis, orçamentários e financeiros.

Ainda neste panorama, o TCESP apresentou***, no trimestre, os resultados relativos ao exercício de 2020 do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M),*** indicador concebido por esta Corte com o objetivo de monitorar a eficácia das políticas públicas implantadas pelos gestores municipais.

A seguir, encontra-se síntese das atividades realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado no quarto trimestre, englobando os dados de julgamento, a produção das áreas técnicas, bem como demais iniciativas de destaque.

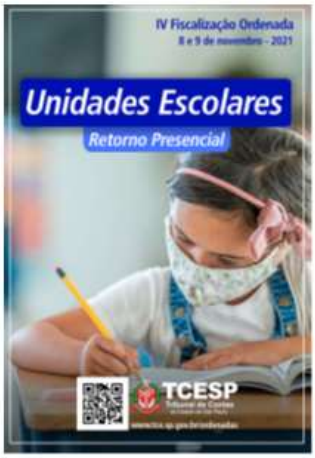
3ª e 4ª FISCALIZAÇÃO ORDENADA – OBRAS PARALISADAS E EDUCAÇÃO - VOLTA ÀS AULAS

No quarto trimestre, o TCESP conduziu a ***3ª Fiscalização Ordenada de 2021*** – **Obras Paralisadas** com o propósito de averiguar o andamento e as condições de obras realizadas com recursos públicos, abordando aspectos como: condições dos empreendimentos, gastos com manutenção, conservação e segurança, entre outros. A ação foi a primeira realizada ***'in loco'*** desde o início da pandemia e envolveu 140 obras de responsabilidade do Governo Estadual e das Prefeituras fiscalizadas por esta Corte.

3ª Fiscalização Ordenada: Obras Paralisadas

Acesse o **Relatório Consolidado** por meio do código (QR code) ao lado.

Ainda no período, aconteceu a **4º *Fiscalização Ordenada de* 2021- Educação – Volta às Aulas** com o objetivo de verificar a situação das unidades escolares estaduais e municipais após a retomada das aulas presencias na rede pública de ensino.



4ª Fiscalização Ordenada: Educação – Volta às Aulas

Acesse o **Relatório Consolidado** por meio do código (QR code) ao lado.

A ação foi a ***maior já realizada por esta Corte, envolvendo um corpo técnico de cerca de 500 Agentes da Fiscalização***, que realizaram a vistoria simultânea de ***486 unidades de ensino – 346 escolas municipais e 140 estaduais – distribuídas em 348 municípios do Estado***, incluindo a Capital, com escolas sob a responsabilidade do Governo Estadual e dos municípios.

Os dados coletados durantes as **Fiscalizações** subsidiariam a elaboração de **Relatórios Consolidados**, com informações segmentadas e regionalizadas. Conforme procedimento já adotado, os resultados obtidos foram encaminhados aos Conselheiros Relatores dos processos ligados às obras fiscalizadas e às unidades Escolares visitadas. As prefeituras e órgãos estaduais envolvidos foram notificados pelo TCESP a fim de corrigir e prestar esclarecimentos detalhados sobre cada caso.

SEMINÁRIO 'PREVIDÊNCIA MUNICIPAL'

Diante das mudanças com a ***Reforma da Previdência, dispostas na Emenda Constitucional nº 103, editada em 2019,*** que trouxe, dentre suas imposições, a obrigatoriedade de instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC) para os Entes Federativos que possuam o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para seus servidores, muitos municípios enfrentam desafios para adequarem o orçamento com a gestão previdenciária.

Neste contexto, este Tribunal busca constantemente acompanhar e orientar a gestão dos Regimes Próprios de Previdência sob sua jurisdição, e com este intuito promoveu o Seminário Previdência Municipal.

No evento on-line, ocorrido em 04 de outubro e que totalizou 2,2 mil visualizações, foi lançado o 'Anuário IEG-Prev/TCESP', levantamento realizado com base nas análises do último biênio e que integra o Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária (IEG-Prev), indicador concebido pelo TCESP para controlar e fiscalizar o uso dos recursos públicos com a administração dos regimes previdenciários.

Criado em 2018, como continuidade ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), o IEG-Prev/Municipal demostra a existência de eventual endividamento previdenciário com o Regime Geral de Previdência Social/Regime Próprio de Previdência Social e o comprometimento das receitas do município em relação ao pagamento dos encargos e das dívidas previdenciárias. O indicador avalia, ainda, a atuação dos RPPS em diversas áreas, dando ênfase à situação atuarial e à administração dos investimentos.

Na ocasião, além de apresentar a situação previdenciária nos municípios do Estado de São Paulo, também foi lançado o ***'Manual de Previdência Complementar'.***

A publicação, que tem o intuito de orientar sobre a implantação do Regime de Previdência Complementar (RPC), conta com 28 páginas, e foi editada sob orientação desta Presidência e da Secretaria-Diretoria Geral (SDG). O material traz um roteiro preparado pela equipe de técnicos da Coordenadoria de Fiscalização e Controle dos Regimes Próprios de Previdência (Cofisco-Previdência), no qual aborda as instruções e obrigações previstas na Emenda Constitucional nº 103, editada em 12 de novembro de 2019.

LIVE 'FRAGILIDADE FINANCEIRA NOS RPPS'

A fim de debater o endividamento público, o déficit atuarial e os recursos previdenciários o TCESP realizou, no dia 18 de outubro, ***a live 'Fragilidade Financeira nos RPPS'.***

Ministrada pelo ***Auditor-Substituto de Conselheiro do TCESP, Alexandre Manir Figueiredo Sarquis***, a live abordou temas relacionados à dívida, ao endividamento público e à Lei Complementar nº 178, de 17 de janeiro de 2021, que estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, bem como assuntos afetos à reserva matemática, ao déficit atuarial, aos recursos do erário e previdenciários e ao risco futuro da folha de inativos.

As atividades foram voltadas a agentes políticos, gestores e servidores públicos que atuam na administração e na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), e contou com mais de 2,4 mil visualizações.

LIVE CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Reforçando o caráter pedagógico assumido ao longo deste ano, o TCESP, no dia 13 de novembro, ***promoveu a live 'Consórcios Públicos'***.

No encontro foram apresentados os aspectos da legislação relacionados ao tema, os mecanismos de fiscalização, além de abordar assuntos ligados à gestão de pessoal, com destaque às formas e ao regime de contratação, orçamento, contabilização, Sistema de Auditoria Eletrônica de São Paulo (Audesp), constituição de consórcios, base normativa e contratações públicas, com ênfase às particularidades dos consórcios Públicos.

A capacitação contou com o ***apoio institucional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE-SP)*** e foi direcionada a servidores, dirigentes, entes públicos consorciados ou em processo de formação de consórcio, servidores das Cortes de Contas de todo o país, bem como a demais interessados. Até o momento, a *live* contabilizou 1,4 mil visualizações.

4º ENCONTRO TÉCNICO DE GOVERNANÇA E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Com o propósito de debater e compartilhar boas práticas e soluções de tecnologia aplicadas às atividades de controle externo, ***o TCESP sediou, nos dias 14 e 15 de outubro, o 4º Encontro Técnico de Governança e de Tecnologia da Informação (TI) dos Tribunais de Contas do Brasil.*** O evento ocorreu no modelo híbrido, em virtude das restrições impostas pela pandemia. As palestras e painéis aconteceram no Auditório Nobre 'Professor José Luiz de Anhaia Mello' com transmissão aberta ao público em geral pela internet, e debateram o uso da TI aplicada às atividades de controle externo, além de abordar temas relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); tecnologias utilizadas pelas Cortes de Contas do país e inteligência artificial nas auditorias concomitantes.

As atividades foram desenvolvidas em conjunto com o Comitê de Tecnologia, Governança e Segurança da Informação dos TCs e contou com a participação de diversas autoridades, com destaque para a presença dos Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, embaixador da Rede Governança Brasil (RGB), que discorreu sobre a importância da governança pública no país; e Aroldo Cedraz, responsável pelo encerramento do evento. ***Ao todo, as palestras contabilizaram 4,3 mil acessos***.

REUNIÃO COM UNIVERSIDADES ESTADUAIS

Com o objetivo de tratar assuntos de interesse comum, dentre eles a renovação de parcerias para o desenvolvimento de cursos de capacitação e ações institucionais conjuntas, esta Corte promoveu, no dia 19 de outubro, um encontro com os Reitores das três universidades estaduais paulistas – Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp), e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

FÓRUM DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO EM SÃO PAULO (FOCCOSP)

Atento a necessidade de aprimoramento das estruturas de prevenção e combate à corrupção, o TCESP sediou ***os seminários 'Lei Anticorrupção e Regulamentação nos Municípios' e 'Transparência, Integridade e Combate à Corrupção'*** que ocorreram de forma on-line e transmitidas em tempo real pelo canal da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP) no YouTube.

O evento 'Lei Anticorrupção e Regulamentação nos Municípios' aconteceu no dia 21 de outubro como parte da 1ª Ação do Fórum de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro em São Paulo (FOCCOSP) e abordou temas como: 'Avaliação dos Programas de Integridade no Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica' e 'Lei Anticorrupção no Município de São Paulo (Lei nº 12.846/2013) e as experiências práticas na aplicabilidade da legislação'.

No dia 29 de novembro, o TCESP recebeu a 2ª Ação do Fórum de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro em São Paulo (FOCCOSP) com o tema 'Transparência, Integridade e Combate à Corrupção'. O evento foi composto pelo painel

'Implementação da Lei de Acesso à Informação pelo Governo Federal' exposto pelo Corregedor-Geral da União, Gilberto Waller Júnior e pela palestra apresentada pelo Controlador Geral da Prefeitura de São Paulo, Daniel Falcão, que discorreu sobre o Programa de Integridade da Cidade de São Paulo.

Os Seminários foram direcionados a servidores de órgãos participantes do Fórum, a Prefeitos, Vereadores e demais interessados e juntos contabilizaram 2,9 mil acessos.

25º CICLO DE DEBATES

Em continuidade aos esforços de capacitação e orientação de Prefeitos, Secretários e servidores que integram os órgãos do Poder Executivo dos 644 municípios paulistas (exceto da Capital), este Tribunal promoveu no dia 25 de outubro um novo encontro da 25ª edição do Ciclo de Debates.

Transparência, contratação com dispensa de licitação, planejamento orçamentário, novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e Marco Legal do Saneamento Básico foram alguns dos temas abordados no evento realizado por videoconferência e transmitido em tempo real pela internet e já contabilizou 1,9 mil acessos.

LIVE – NOVIDADES DO FARO

Com o intuito de apresentar as novidades do ***Sistema FARO (Ferramenta de Análise de Risco de Obras)*** e esclarecer dúvidas sobre o uso da ferramenta, ***este Tribunal promoveu um encontro com os responsáveis por contratos de obras e de serviços de engenharia que atuam em órgãos fiscalizados por esta Corte***.

Desenvolvida pelo TCESP, a Ferramenta de Análise de Risco de Obras tem a finalidade de aprimorar a fiscalização dos recursos usados em obras públicas no Estado e nos 644 municípios jurisdicionados à Corte, além de monitorar e apontar possíveis sobrepreços em contratos ajustados com o poder público.

A FARO utiliza sistemas de inteligência e banco de dados para cruzamento de informações, com bases em preços de referência, orçamentos e valores unitários de obras públicas, a ferramenta automatiza as análises com base em sistemas de inteligência e fórmulas científicas a partir da coleta de dados estruturados de planilhas de obras e tabelas de referência do mercado.

Durante a live 'Novidades da FARO: prestação de informações e principais dúvidas do piloto', foram esclarecidos aspectos relacionados ao sistema de prestação de informações e respondidas as principais dúvidas surgidas no teste piloto. Até o momento a live foi assistida por 970 interessados.

CONTROLE EXTERNO EM FOCO

Com o propósito de debater a atuação da auditoria no exercício do controle pelas Cortes de Contas no contexto da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), ***o TCESP promoveu no dia 08 de novembro o sétimo e último encontro da programação do 'Controle Externo em Foco'.***

Realizada em conjunto com a Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC) o encontro teve como público-alvo servidores que atuam nas áreas de fiscalização dos Tribunais de Contas do Brasil e demais interessados no tema***, e até o momento contabilizou 992 acessos.***

LIVE - LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Ainda no trimestre, o TCESP promoveu, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), ***a Live "Lei Geral da Micro e Pequena Empresa***".

A legislação, também conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e

da Empresa de Pequeno Porte, foi criada por meio da Lei Complementar nº 123/2006 e dispõe sobre a regulamentação do tratamento favorecido, simplificado e diferenciado ao setor, conforme disposto na Constituição Federal.

O evento foi direcionado a Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Presidentes de consórcios intermunicipais, gestores, servidores públicos e profissionais que atuam na área da Administração Pública e do Direito e até o momento soma 728 visualizações.

FOMENTA 2021

Neste trimestre o TCESP participou, por meio desta Presidência, do evento 'Fomenta 2021', promovido pela Associação dos Municípios de Pequeno Porte do Estado de São Paulo (AMPPESP), em Brotas.

Na ocasião, foram expostas as ações desenvolvidas por esta Corte, bem como, apresentado um estudo sobre os aspectos orçamentários e financeiros nos municípios paulistas de até 50 mil habitantes. Temas como Fiscalizações ordenadas, Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária (IEG-Prev), atividades para capacitação dos jurisdicionados também foram abordados durante o encontro que contou com a participação de cerca de 200 gestores municipais.

CERIMÔNIA DE POSSE DE AGENTES DA FISCALIZAÇÃO

Também no período, este Tribunal realizou, no dia 12 de novembro, no Auditório Nobre 'Professor José Luiz de Anhaia Mello', a cerimônia de posse dos candidatos aprovados no concurso público de Agente da Fiscalização e Agente da Fiscalização-Administração.

Os 12 servidores empossados, que ingressaram na Corte via concurso público, realizado em dezembro de 2017 e homologado em 2018, foram nomeados nos termos do artigo 20, inciso 20, da Lei Complementar nº 180/1978, e passaram a exercer atividades na Sede e nas 20 Unidades Regionais do TCESP localizadas no interior e no litoral do Estado.

Na cerimônia, que cumpriu todas as exigências e recomendações das autoridades sanitárias (distanciamento social, uso de máscaras e higienização de

ambiente), os servidores assinaram o termo de posse e receberam um kit com material informativo e institucional.

São atribuições do Agente da Fiscalização da área-fim prestar serviços internos e externos no âmbito da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, dos municípios (exceto da Capital) e das respectivas entidades das administrações direta e indireta.

Já ao Agente da Fiscalização-Administração pressupõe-se a realização de serviços internos e externos nas áreas da administração de pessoal, materiais, transportes, comunicação, biblioteca, finanças e orçamentos, além da execução de atividades didáticas e pedagógicas.

IEG-M

Neste trimestre, o TCESP apresentou os ***resultados relativos ao exercício de 2020 do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M)***, indicador concebido por esta Corte com o objetivo de monitorar a eficácia das políticas públicas implantadas pelos gestores municipais.

Os dados foram coletados com base em informações prestadas pelas Administrações e obtidas durante a fiscalização do Tribunal de Contas nos 644 municípios paulistas jurisdicionados ao TCESP, com exceção da Capital, em sete áreas temáticas (Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção dos Cidadãos e Governança da Tecnologia da Informação). Na ocasião também foi apresentado o infosite do Índice de Efetividade da Gestão Municipal, que passou por uma reformulação em março deste ano para proporcionar mais interatividade, facilitar a navegação e disponibilizar as informações de maneira simples e transparente.

Direcionado a agentes políticos, gestores e servidores municipais, o evento pode ser acompanhado em tempo real pela internet e até o momento contou com 1,7 mil acessos.

REVISTA ESPECIAL SOBRE CONTAS DO GOVERNADOR

No período, o TCESP lançou a edição especial de sua revista institucional sobre a prestação de contas anuais do Governo do Estado de São Paulo referente ao exercício de 2020. A publicação traz um resumo do voto apresentado pelo Conselheiro-Relator, Dimas Ramalho, e a íntegra dos debates ocorridos na sessão plenária de 23 de junho de 2021, quando foram apreciadas as contas sob responsabilidade do Governador João Doria.

O Colegiado acolheu, por unanimidade, o voto do Relator e emitiu parecer favorável, com ressalvas. Após o trânsito em julgado, o documento foi enviado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), a quem cabe julgar as contas do Executivo a partir dos apontamentos feitos pelo TCESP. A análise das Contas do Governador relativas a 2020 foi influenciada pelo contexto social tomado pela pandemia do novo coronavírus, que impactou receitas e despesas do setor público, como apontou o Conselheiro-Relator.

A revista traz detalhes desse impacto e mostra o que foi apurado pelo TCESP durante as fiscalizações operacionais, que tiveram o intuito de verificar como o Governo do Estado atuou no enfrentamento da pandemia em setores como Educação, Saúde e Programas Sociais.

Revista Especial
Contas do Governador

Acesse a Revista por meio do código (QR code) ao lado

JORNADA DE PRIVACIDADE – LGPD

Em continuidade ao programa ***"Jornada de Privacidade"***, série de eventos on-line destinados ao debate do impacto da legislação no setor público e como deve ser feito o tratamento dos dados pessoais, no trimestre, foram realizadas duas edições.

A quinta edição aconteceu no dia 25 de outubro e contou com a presença da ***Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Doutora em Políticas de Comunicação e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Miriam Wimmer,*** a importância e o alcance da LGPD no âmbito do setor público, em especial no que concerne à atuação da ANPD, órgão da administração pública federal responsável por zelar pela proteção dos dados pessoais, por orientar, regulamentar e fiscalizar o cumprimento da legislação, bem como sobre aspectos que envolvem a Lei de Acesso à Informação Pública e a proteção de dados.

Na sequência, em 06 de dezembro, ocorreu a sexta e última edição do evento que teve ***como convidado o Advogado especialista em Direito Digital e Proteção de Dados, Rony Vainzof*** que discorreu sobre os planos de resposta a incidentes cibernéticos no contexto da LGPD, com destaque às ações que salvaguardam as organizações de um eventual ataque de segurança. Os eventos foram direcionados aos servidores de Tribunais de Contas de todo o país, servidores municipais e estaduais, advogados e demais interessados no tema e juntos somaram 3 mil visualizações.

SEMEAR ODS: A SUPERAÇÃO DOS EFEITOS DA COVID-19

Com o intuito de destacar a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na superação das crises desencadeadas pela COVID-19, o TCESP realizou o ***seminário 'Semear ODS: a superação dos efeitos da COVID-19'*** para discutir os caminhos para as áreas mais afetadas pela pandemia.

No evento foi lançado o 'Painel ODS' – plataforma que reunirá dados municipais e estaduais coletados nas auditorias da Corte de Contas com o objetivo de apresentar, de forma clara e organizada por ODS, um cenário do cumprimento das metas, no âmbito de sua jurisdição, e orientar os gestores municipais e do Estado a identificarem ações prioritárias e a verificar as pendências e os desafios, para que seja possível atender os objetivos da Agenda 2030.

Na ocasião também foi apresentado o 'Relatório ODS - 2021' do Observatório do Futuro intitulado 'Os ODS e a superação dos efeitos da pandemia', o material analisa informações coletadas e reúne matérias julgadas pelo TCESP, traçando um panorama sobre o andamento das políticas públicas relacionadas ao assunto.

Relatório ODS 2021

Os ODS e a superação dos efeitos da pandemia

Acesse o relatório por meio do código (QR code) ao lado

Direcionado aos servidores da Administração Pública Direta e Indireta, acadêmicos e demais interessados, o evento foi composto por três palestras temáticas. O Diretor de Políticas Educacionais da Fundação Lemann, Daniel De Bonis, abordou o impacto da COVID-19 na Educação e discorreu sobre o cenário no setor antes e depois da pandemia.

Para falar sobre o tema 'Saúde Pública e Cidades Sustentáveis: lições da pandemia', o seminário teve como convidado o Médico Patologista e Professor Titular do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), Paulo Hilário Nascimento Saldiva. Já o Professor Doutor de Administração Pública da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), Fernando Coelho, foi o responsável pelos debates sobre planejamento público pós-COVID-19.

Durante o evento foram apresentados os vencedores do 'Prêmio TCESP-ODS', voltado às boas práticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e implementadas para amenizar os efeitos da pandemia.

O primeiro lugar foi entregue à Prefeitura de São José do Rio Preto pelo programa 'Comitê de retomada econômica', criado em dezembro de 2020, desenvolveu projetos inovadores e propostas para a recuperação de empregos e renda no período pós-pandemia. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) contemplados foram: 8 (trabalho decente e crescimento econômico); 16 (paz, justiça e instituições eficazes); 17 (parcerias e meios de implementação).

'Vencedores mais esporte mais saúde' da Prefeitura de Jaboticabal foi agraciado com a segunda posição. A atividade colocada em prática pelos profissionais de educação física da Fundação de Amparo ao Esporte de Jaboticabal deu continuidade ao tratamento pós-covid, oferecendo um programa de reabilitação aos pacientes curados da COVID-19. Os ODS considerados foram: 3 (saúde e bem-estar); 16 e 17.

Empatados na terceira colocação, ficaram a Prefeitura de Taguaí com o projeto 'Reorganização da atenção básica em tempos de pandemia', que contemplou os ODS: 3 e 16, e a Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de SP com a iniciativa 'POT Volta às aulas' que teve cinco objetivos contemplados 1 (erradicação da pobreza); 4 (educação de qualidade); 8; 16 e 17.

PODCONTAS

A ferramenta podcast tem sido amplamente utilizada por este Tribunal para o aprimoramento dos conhecimentos técnicos direcionado a gestores e a servidores que atuam nos órgãos municipais e estaduais fiscalizados por esta Corte.

No trimestre, foram produzidos ***08 novos episódios 'Podcontas'***:

1) ***47º EPISÓDIO*** - Diálogo Competitivo e seu Impacto sobre a Atuação dos Tribunais de Contas no Controle de Concessões e PPPs com Guilherme A. L. Pereira;

2) ***48º EPISÓDIO*** - Parcerias Público-Privadas em Casas Legislativas com Romulo S. Mesquita e Nelson Gomes dos Santos Filho;

3) ***49º EPISÓDIO*** - A Experiência do TCESP no Controle de PPPs de Iluminação Pública com Airton R. Rehbein;

4) ***50º EPISÓDIO*** - A Divisão entre os Serviços Bata Branca e Bata Cinza em PPPs Hospitalares com Diego Valois Tafur;

5) ***51º EPISÓDIO*** - Segurança da Informação na Administração Pública com Fabio Correa Xavier;

6) ***52º EPISÓDIO*** - Planejamento no Setor Público com Leandro Dall'Olio;

7) ***53º EPISÓDIO*** - Habitação Social e Revitalização do Centro de São Paulo com Mariana Moschiar Almeida;

8) ***54º EPISÓDIO*** - Aplicação do Teto Constitucional com Hellon Ramalhete Orgino e Douglas Rabello de Moraes

Utilize o QRCODE ao lado para acessar o 'Podcontas'.

O 'PodContas' está disponível nas plataformas Spotify, Anchor, Google Podcasts e Apple Podcasts

PAINEL DA SAUDE - HOSPITAIS

O Painel da Saúde - Hospitais teve início em 2019 e desde então apresenta um panorama da assistência hospitalar pública prestada aos cidadãos paulistas.

Por meio da ferramenta é possível visualizar detalhes sobre o atendimento prestado, os recursos hospitalares disponíveis, os tipos de leitos (de internação, cirúrgico) e equipamentos (tomógrafo, aparelho de ressonância magnética, ultrassom com doppler colorido e ecógrafo) disponíveis em cada hospital.

Também fazem parte do painel os hospitais administrados pela Prefeitura Municipal de São Paulo que atuam de forma articulada e integrada com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), excluindo os hospitais de entidades sem fins lucrativos ou filantrópicos, como as Santas Casas.

Com previsão de atualização semestral, os dados de assistência médico-hospitalar prestada à população são apresentados numérica e graficamente, possibilitando ao interessado conhecer o desempenho hospitalar e ambulatorial, bem como os recursos utilizados para tanto (leitos, equipamentos, recursos humanos e, no caso de hospitais estaduais, recursos financeiros).

A atualização do sistema, referente ao período compreendido entre os meses de janeiro a junho de 2021, aponta que a oferta de hospitais públicos de âmbito estadual aumentou nos últimos dois anos no Estado de São Paulo. O número de locais de atendimento saltou de 91, no primeiro semestre de 2019, para 107, entre janeiro e junho de 2021, representando um acréscimo de 17,6% nas unidades disponíveis aos cidadãos paulistas.

Os leitos existentes para assistência médico-hospitalar sob responsabilidade estadual também foram ampliados. A capacidade, que era de 20.844, nos primeiros seis meses de 2019, passou para 24.324 entre janeiro e junho deste ano. Neste caso, o incremento foi de 16,7% em toda a rede de atendimento à população.

Por outro lado, na comparação do mesmo período, o número de procedimentos realizados caiu de 33.048.932 para 25.315.337. O levantamento inclui consultas,

tratamentos, cirurgias, exames e atendimentos ambulatoriais em hospitais próprios administrados diretamente pelo Estado.

De acordo com os dados disponíveis no painel relativos ao primeiro semestre de 2021, são 169 unidades sob gestão municipal, que oferecem um total de 16.587 leitos para atendimento. Esses hospitais foram responsáveis por 25.240.384 procedimentos realizados no intervalo analisado.

Os números foram extraídos a partir de informações colhidas junto ao Ministério da Saúde e às Pastas Estaduais da Saúde e da Fazenda.

Painel da SAÚDE

Utilize o QRCODE ao lado para acessar o Painel da Saúde - Hospitais.

GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DO COVID-19:

Apoiado em recursos tecnológicos, ***o Questionário da Gestão de Enfrentamento do COVID-19*** é aplicado mensalmente a todos os entes jurisdicionados, tanto da esfera estadual como da municipal, extraindo dados dos mais variados aspectos da atuação administrativa, ao final consubstanciados em um panorama geral da atuação do poder público no combate à pandemia, promovendo a transparência e incentivando o controle social.

Por meio do questionário, o TCESP realiza – *quantos às ações de enfrentamento à Pandemia* – monitoramento específico dos 644 municípios fiscalizados (exceto a Capital), e das Secretarias de Governo, da Educação, da Saúde, da Assistência e Desenvolvimento Social, da Administração Penitenciária, da Fazenda e do Planejamento, bem como da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), a DesenvolveSP, o Banco do Povo Paulista e a Fundação Casa.

Um dos quesitos avaliados pelo questionário é justamente o programa de vacinação. De acordo com as informações obtidas pelo TCESP, os 644 municípios receberam, ***até o último dia de dezembro de 2021***, 58.761.301 doses, sendo 55.364.873 aplicadas até então.

Tais dados, referentes à quantidade de doses recebidas e aplicadas pelos municípios, foram obtidos diretamente do Sistema Vacivida, do Governo Estadual, contendo registro nominal de doses, alimentado pelos profissionais de saúde que atuam nas Salas de Vacinação dos municípios.

O quantitativo de doses aplicadas entre os meses de janeiro a dezembro do corrente ano em todos os municípios jurisdicionados a este Tribunal encontra-se indicado no quadro a seguir:

Tabela 1 - Doses Aplicadas - Janeiro a Dezembro

Grupo	Dose Única	Primeira Dose	Segunda Dose	Terceira Dose	Total
População em Geral	810.986	16.834.513	14.221.453	55.469	31.922.421
Idoso	3.916	5.190.127	4.980.511	2.221.361	12.395.915
Comorbidade	8.769	2.546.463	2.472.258	62.770	5.090.260
Trabalhador de Saúde	3.208	1.400.136	1.386.454	764.378	3.554.176
Trabalhador da Educação	3.221	603.975	591.165	132.901	1.331.262
Estudo Clínico	386	114.795	110.519	13.691	239.391
Pessoa com deficiência permanente severa	2.835	96.756	85.702	666	185.959
Idoso em ILPI	46	56.614	54.800	27.263	138.723
Pessoa com deficiência	2.479	62.686	57.725	366	123.256
Motoristas e Cobradores de ônibus	393	47.641	48.164	201	96.399
Trabalhador da Segurança Pública	213	32.414	36.093	19.798	88.518
Aeroviários	137	33.605	31.300	63	65.105
População em situação de rua	8.724	15.576	12.047	233	36.580
Portuários	37	16.534	15.819	485	32.875
Pessoa maior de 18 anos, portadora de deficiência e residente em RI	117	15.401	14.055	2.408	31.981
Quilombola	20	6.308	6.195	1.889	14.412
Indígenas	23	3.796	3.478	975	8.272
Metroviários/CPTM	15	3.422	4.384	37	7.858
Ribeirinhas	13	767	730		1.510
Total	**845.538**	**27.081.529**	**24.132.852**	**3.304.954**	**55.364.873**

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde (Vacivida) data-base 30/11/2021

Gestão de Enfrentamento da COVID-19

Utilize o QRCODE ao lado para acessar o Painel Eletrônico da Gestão de Enfrentamento do COVID-19.

PAINEL DO TIETÊ – PINHEIROS - ATUALIZAÇÃO:

Instituído em 2020, o painel do TCESP, foi criado com o propósito de apresentar a situação dos contratos de obras do Programa de Despoluição do Rio Tietê, realizado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado (SABESP), além de monitorar e garantir a transparência dos recursos públicos destinados à despoluição do rio, em toda a sua extensão no Estado de São Paulo e, recentemente, passou a englobar informações relacionadas ao Programa Novo Rio Pinheiros.

O objetivo do Programa de Despoluição é contribuir para a recuperação da qualidade das águas na Região Metropolitana de São Paulo, por meio da ampliação da cobertura do esgotamento sanitário. Já o Programa Novo Rio Pinheiros, lançado em 2019, é uma ação conjunta de órgãos e empresas estaduais, coordenados pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) e com participação da Sabesp, com o propósito de reduzir o esgoto lançado em seus afluentes e melhorar a qualidade da água até 2022.

A atualização do sistema, ***com data-base referente a abril de 2021***, aponta que nos últimos 10 anos, o Governo estabeleceu 54 contratos voltados ao Programa de Despoluição do Rio Tietê e ao Programa Novo Pinheiros a um valor atualizado que ultrapassa a casa dos R$ 3,6 bilhões. Desde então, apenas 16 contratos foram concluídos, com um custo aos cofres públicos de R$ 1,49 bilhão. Ao todo, 36 contratos estão em execução de obras, somando R$ 2,15 bilhões, e duas contratações foram rescindidas no valor total de R$ 57,6 milhões.

Dentre outras funcionalidades, o 'Painel Tietê-Pinheiros' expõe o resultado das medições realizadas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) ao longo dos últimos anos a respeito da qualidade da água dos rios e do nível de saneamento básico dos municípios onde os dois rios são corpos receptores da carga poluidora. No Painel, também é possível verificar os dados de cada contrato com informações como: municípios onde as obras são executadas; a contratada; execução física; execução financeira e os valores iniciais contratuais, atualizados e pagos.

PAINEL TIETÊ PINHEIROS

Utilize o QRCODE ao lado para acessar o Painel Tietê-Pinheiros.

VISOR – ALERTAS DE CUMPRIMENTO À LRF

O **Visor – Visão Social de Relatórios de Alertas** – é uma plataforma gráfica que tem o objetivo de consolidar informações relativas aos alertas previstos na Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O sistema classifica as prefeituras de acordo com a quantidade e natureza dos alertas recebidos.

No 4º trimestre, o Visor foi atualizado ***com informações relativas ao quinto bimestre de 2021***.

A última atualização apontou que 593 das 644 prefeituras jurisdicionadas – um percentual de 92,08% – receberam algum tipo de alerta previsto no §1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal: **129** por estarem com arrecadação abaixo do previsto (inciso I) e **574** por exibirem indícios de comprometimento da gestão orçamentária (inciso V). Lembrando que a publicação de alertas dos incisos I e V é bimestral e dos incisos II e III é quadrimestral.

Municípios Reincidentes no Ano

Arrecadação Inferior ao Planejado	Indícios de Irregularidades na gestão orçamentária
121	559

Os alertas constam também de **Comunicados da Presidência**, publicados no Diário Oficial do Estado, que também relacionam os municípios de cuja análise não resultou quaisquer alertas, bem como aqueles com análise prejudicada por incompletude no envio de dados.

visor
Visão Social de Relatórios de Alertas LRF

Utilize o QRCODE ao lado para acessar o Sistema Visor

MAPA DAS CÂMARAS – ATUALIZAÇÃO

No trimestre, o TCESP também atualizou os dados que integram a ferramenta 'Mapa das Câmaras', que tem como principal objetivo tornar públicos os recursos utilizados por Vereadores e o impacto que o Poder Legislativo causa frente aos orçamentos dos municípios.

De acordo com o levantamento, as Casas Legislativas, as Câmaras Municipais paulistas já consumiram ***R$ 2.886.218.444,20 entre recursos para custeio e pagamento de despesas com pessoal, nos últimos 12 meses.***

O custo para a manutenção dos legisladores, em plenários que vão de nove a 34 cadeiras, considerando a população de 34 milhões de habitantes, alcança uma média per capita de R$ 84,26.

Segundo o balanço do período, um total de 19 Câmaras tem gastos acima da capacidade da arrecadação própria municipal – impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuições de iluminação pública que, basicamente, são oriundos do recolhimento de impostos (IPTU, IRRF, ISSQN e ITBI) e da cobrança de taxas, Contribuição de Melhoria e Contribuição de Iluminação Pública (CIP/COSIP).

Assim como nos levantamentos anteriores, a cidade de Aspásia – noroeste do Estado – lidera o ranking do maior déficit de arrecadação quando comparada com as despesas da Casa Legislativa, gerando uma diferença entre custo e receita de R$ 436.640,64 – 238,31% a mais que a arrecadação municipal de R$ 315.692,71.

De acordo com a nova atualização da Corte de Contas paulista, com uma população de 839 pessoas, o município de Borá possui o maior custo per capita do Estado. Entre setembro de 2020 e agosto de 2021, a Câmara Municipal custou R$ 748.640,06 com uma arrecadação no valor de R$ 476.195,83, o que representa uma média de R$ 892,30 por habitante. A Câmara Municipal de Campinas apresenta o maior gasto dentre as Casas Legislativas paulistas quanto às despesas de pessoal e custeio. Composta por 33 vereadores, foram gastos R$ 109.943.055,39 dos cofres públicos em um intervalo de 12 meses.

Com o maior plenário dentre os municípios paulistas, 34 vereadores, o Legislativo de Guarulhos aparece logo em seguida no ranking de despesas com mais de R$ 98 milhões. Todos os dados estão disponíveis para acesso e download na forma de planilhas no endereço abaixo indicado.

Mapa das CÂMARAS

Utilize o QRCODE ao lado para acessar o Mapa das Câmaras

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA:

No trimestre, a Corte disponibilizou três novas edições, referentes aos meses de setembro, outubro e novembro, do ***'Boletim de Jurisprudência'*** – publicação mensal da Corte que traz, de forma simplificada e selecionada, as principais decisões e julgamentos realizados pelas Câmaras e pelo Pleno, selecionados a partir da relevância das teses firmadas.

Com caráter informativo, o boletim não substitui a publicação oficial das decisões e seus efeitos legais, e destaca decisões dos Conselheiros-Relatores exaradas no âmbito de Exames Prévios de Editais, contratos, convênios, prestações de contas, bem como balanços gerais e outras matérias que tramitaram na Corte.

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA

Utilize o QRCODE ao lado para acessar os Boletins de Jurisprudência.

LIVES – DASAS

A saúde e o bem-estar da população, bem como de seu quadro de servidores, tem sido preocupação constante desta Corte de Contas. Assim, por meio de sua Diretoria de Saúde e Assistência Social (DASAS), este Tribunal promoveu diferentes lives abordando o tema, com destaque para:

Doenças Periodontais e Cuidados de Higiene Bucal: A live foi conduzida pelo Mestre e Doutor em Periodontia pela Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (USP) Giuseppe Alexandre Romito que discorreu sobre a repercussão de doenças relacionadas às gengivas sobre a saúde em geral. **592 interessados assistiram à live.**

'Outubro Rosa: a prevenção é vida!': No intuito de conscientizar sobre a necessidade da prevenção e da detecção precoce do câncer de mama, a *live* teve a participação do médico graduado pela Universidade de São Paulo (1977), Doutor em Medicina (Obstetrícia e Ginecologia) pela Universidade de São Paulo (1988) e Livre-Docente pela Universidade de São Paulo (2000), Professor Doutor Nilson Roberto de Melo. ***A live contabilizou 472 visualizações.***

Câncer de Próstata e o Novembro Azul: Visando a conscientização acerca da necessidade da prevenção e da detecção precoce do câncer de próstata a live contou com a participação do médico Eduardo Arnaldi Simões de Oliveira, membro titular da Sociedade Brasileira de Urologia e Mestre em Urologia pela Faculdade de Medicina da USP. **A live foi assistida por 554 interessados.**

QUADRO RESUMO DE CAPACITAÇÕES E LINK PARA ACESSO:

	Seminário On-line Previdência Municipal – 04/10/2021	
	Consórcios Públicos- 13/10/2021	
	4º Encontro Técnico de TI dos Tribunais de Contas do Brasil - 14/10/2021	
	4º Encontro Técnico de TI dos Tribunais de Contas do Brasil - 15/10/2021	
	Fragilidade Financeira nos RPPS- 18/10/2021	
	XIX Semana Jurídica: Nova Lei de Licitações na perspectiva dos Tribunais de Contas - 11/08/2021	
	25º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais- 25/10/2021	
	V Jornada de Privacidade – L.G.P.D.- 25/10/2021	

	Controle Externo em Foco- 08/11/2021	
	Novidades do FARO – Prestação de Informações e Principais Dúvidas do Piloto - 08/11/2021	
	Lei Geral da Micro e Pequena Empresa- 12/12/2021	
	2ª Ação FOCCOSP- Transparência, Integridade e Combate à Corrupção- 29/11/2021	
	Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEG-M - 29/11/2021	

1. CORPO DIRETIVO

Desde 1º de fevereiro de 2021, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00m.

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – PRESIDENTE**
Conselheiro **DIMAS RAMALHO - VICE-PRESIDENTE**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - CORREGEDOR**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h30m.

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI - PRESIDENTE**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00m.

Conselheiro **DIMAS RAMALHO – PRESIDENTE**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**

TCESP Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Utilize o QRCODE ao lado para obter mais informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.

2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:

2.1 FÍSICOS:

No 4º trimestre de 2021, foram distribuídos aos julgadores **194** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	Conselheiros	Auditores	Total Geral
ACESSÓRIO 1 – ACOMPAHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	0	1	1
ACESSÓRIO 1 – ORDEM CRONOLÓGICA	1	0	1
ADMISSÃO DE PESSOAL – CONCURSO	0	2	2
ADMISSÃO DE PESSOAL – CONCURSO – PROCESSO SELETIVO	0	12	12
APOSENTADORIA	1	12	13
APOSENTADORIA – PENSÃO	0	41	41
BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO	1	1	2
COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS – VALOR DA PENSÃO	0	1	1
CONTRATO	4	5	9
CONVÊNIO – REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR: ENTIDADE PRIVADA	1	1	2
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR: ENTIDADE PRIVADA CONVÊNIO	2	3	5
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR: CONTRATO DE GESTÃO	1	0	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR: TERMO DE PARCERIA	1	0	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR: VALOR INFERIOR	1	5	6
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS: CONVÊNIO	12	0	12
RECURSO ORDINÁRIO	74	0	74
REPRESENTAÇÃO	0	5	5
RESCISÃO DE JULGADO	3	0	3
REVISÃO DE JULGADO	3	0	3
Total Geral	**105**	**89**	**194**

2.2 ELETRÔNICOS:

No 4º trimestre de 2021, foram distribuídos **4.519** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo:

Tabela 3 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCARC	GCECR	GCRMC	GCRRM	GCDER	GCSEB	CA	GP	
Ações	1	2	1	3				5	12
Adiantamentos	6	6	6	7	8	7		1	41
Atos de Pessoal	5	3	4	7	6	4	484		513
Balanço Geral do Exercício	1	2							3
Concurso Público	1		1	2	1				5
Consultas					1				1
Contas de Prefeitura					1				1
Contas do Governador						9			9
Contratos	146	142	144	165	160	204	322	11	1294
Controle de Prazos	2	1	2		2	1	3		11
EPE	100	102	103	93	103	103			604
Expedientes	39	47	44	41	34	51	45	164	465
Expedientes do Ministério Público	28	13	21	25	32	17	52	93	281
Expedientes do Poder Judiciário	3	9	7	3	3	5	4	24	58
Instrução de Representação								37	37
Recursos	47	43	48	55	62	52	9	188	504
Relatório de Fiscalização	79								79
Repasses Públicos	92	59	79	87	75	67	107	3	569
Representação	7	2	1	9	2	3	7	1	32
Total Geral	**557**	**431**	**461**	**497**	**490**	**523**	**1033**	**527**	**4519**

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	**4.713**

3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

3.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No 4º trimestre do presente exercício, foram realizadas **8 (oito) Sessões Ordinárias e 1 (uma) Sessão Especial**, realizada a fim de se proceder à escolha do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor para o exercício de 2022. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **501 processos**, dentre os **714** inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **545 representações**, dentre as **552** pautadas, em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, sobre os quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **4 Sessões Virtuais** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.

3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

- A Primeira Câmara reuniu-se em **8 (oito) Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de ***537 processos*****,** dentre os ***631 pautados***.

- A Segunda Câmara reuniu-se em **8 (oito) Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de ***775 processos*****,** dentre os ***968 pautados.***

3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

No 4º trimestre de 2021 foram proferidas **289 sentenças**. Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

3.4 PELO CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

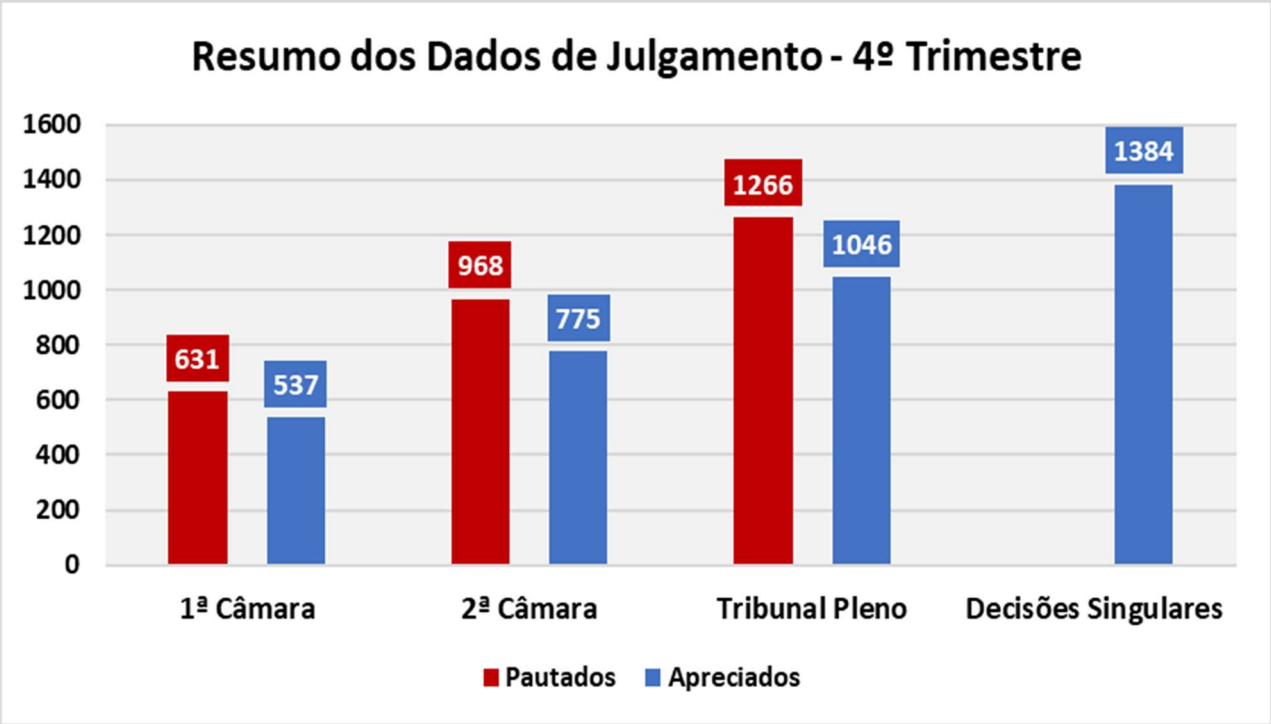
Dentre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No **4º Trimestre de 2021**, **1.095 autos** receberam julgamento por parte dos Senhores Auditores.

O gráfico abaixo sintetiza os processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como aqueles submetidos à decisão singular:

3.5 RESUMO DOS DADOS DE JULGAMENTO:

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 4º Trimestre



4. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **6.953 processos**.

5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 4º Trimestre de 2021, a P.F.E se manifestou em **1.545 feitos**.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.369 processos.**

6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **2.865 processos**, dos quais **391** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **2.007 certidões**, todas em meio eletrônico. Também foram providenciados **343 Registros**, referentes ao Cumprimento de Decisão, sendo ***317 de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares e 26 de Órgãos ou Entidades Proibidas do Recebimento de Novos Auxílios ou Subvenções.***

6.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DFs), 01 Diretoria de Contas do Governador (DCG) e 20 Unidades Regionais (URs)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **14.211 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização.

Tabela 4 – Processos Instruídos – DSFs.

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	**611**
Processos Eletrônicos	**13.600**

Tais processos instruídos referem-se ao seguinte quantitativo de entes jurisdicionados:

Tabela 5 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ACOMP. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL	20	18	13	**51**
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	-	-	-	**-**
AUTARQUIA ESTADUAL	5	1	-	**6**
ECONOMIA MISTA ESTADUAL	2	-	-	**2**
EMPRESA PÚBLICA ESTADUAL	-	-	-	**-**
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	1	-	-	**1**
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	4	11	1	**16**
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	4	1	-	**5**
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	2	1	-	**3**
FUNDAÇÃO ESTADUAL TÍPICA	1	-	-	**1**
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	-	**-**
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	5	6	7	**18**
SECRETARIA	-	1	1	**2**
TRIBUNAL	-	-	-	**-**
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	-	-	-	**-**
UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO	-	-	-	**-**
UNIDADE DE SECRETARIA - UGE	10	6	1	**17**
Totais	**54**	**45**	**23**	**122**

Tabela 6 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	77	96	59	**232**
ASSOCIAÇÃO CIVIL MUNICIPAL	-	-	-	**-**
AUTARQUIA MUNICIPAL	11	4	1	**16**
CÂMARA MUNICIPAL	8	1	-	**9**
CONSÓRCIO MUNICIPAL	14	21	-	**35**
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	5	2	-	**7**
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	2	-	-	**2**
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	3	3	-	**6**
FUNDAÇÃO MUNICIPAL CONVENIADA	-	1	-	**1**
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	5	7	-	**12**
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	24	10	-	**34**
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	5	1	-	**6**
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	11	21	10	**42**
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	12	10	8	**30**
ENTIDADE CONVENIADA MUNICIPAL	-	-	-	**-**
PREFEITURA MUNICIPAL	443	42	9	**494**
Totais	**620**	**219**	**87**	**926**

Os processos instruídos eletronicamente, predominantes, apresentam a seguinte

segmentação por matéria, tanto na esfera estadual como municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

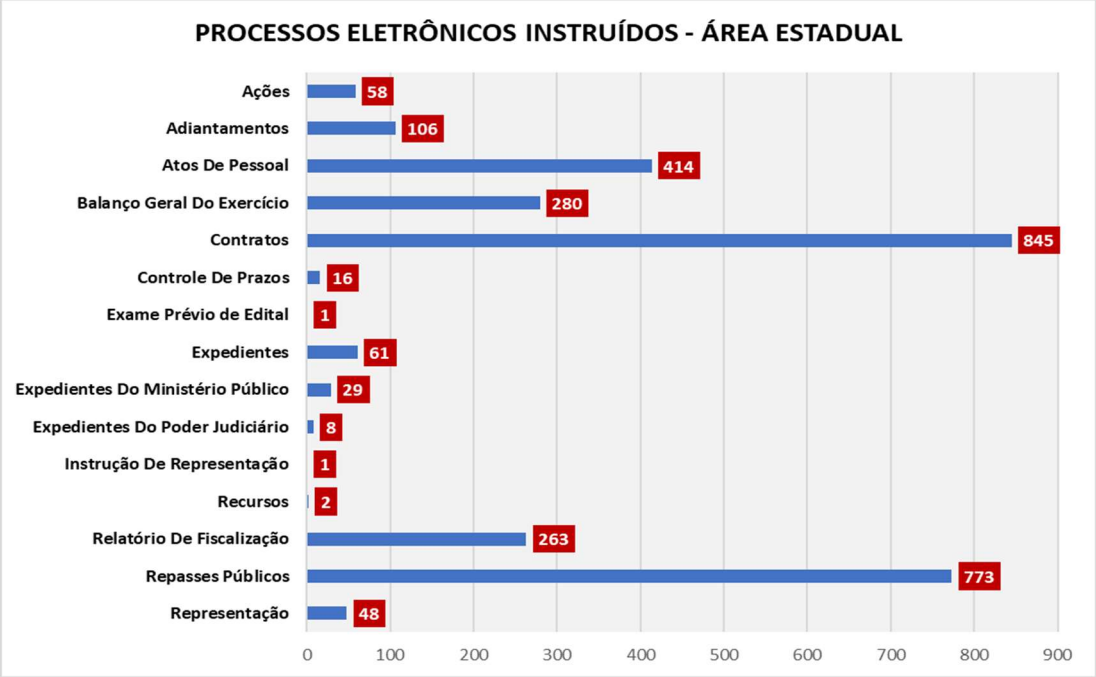
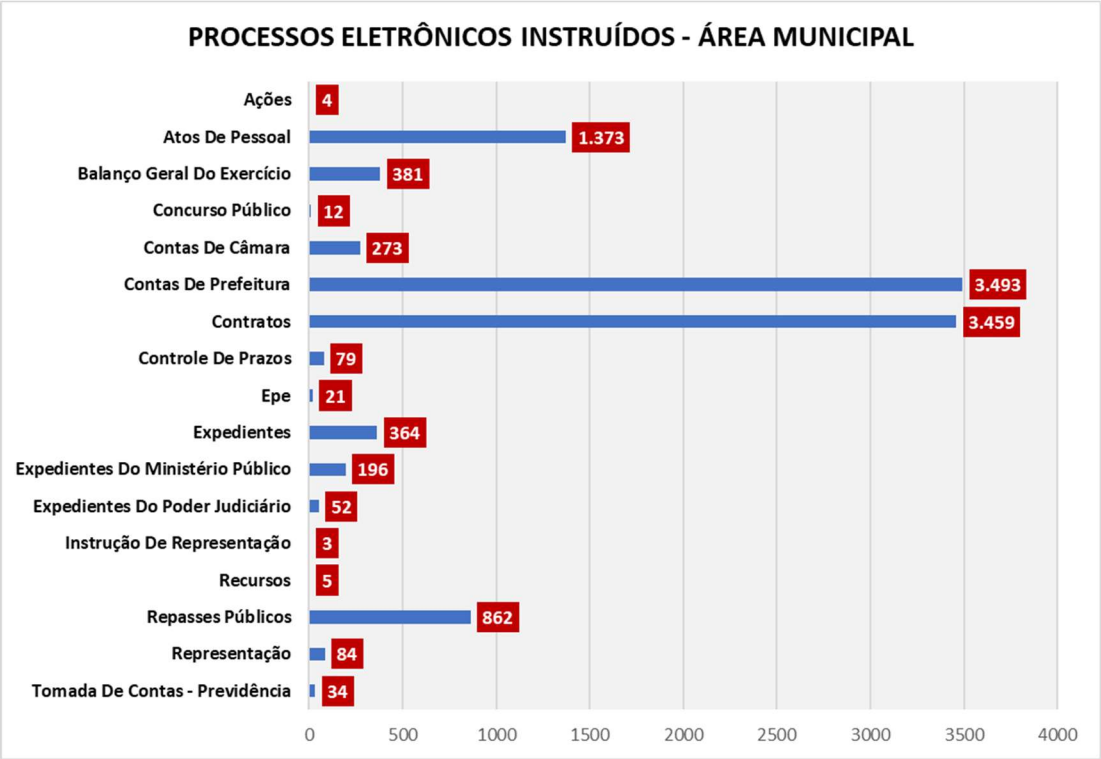


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* *Incluídos no total de processos relacionados a Balanço Geral de Exercício e Contas de Prefeitura os expedientes de acompanhamento especial de gastos relacionados à Pandemia, bem como aqueles com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.*

6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014, e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, o NAEC é responsável pela verificação e avaliação da execução contratual em procedimentos de fiscalização de ajustes celebrados pelas Administração - Estadual e Municipal - para contratação de obras e serviços de engenharia.

No trimestre, dos ajustes já eleitos pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC selecionou para análise específica **04 novas contratações de obras e serviços de engenharia,** tendo, no mesmo período, instruído **38 processos** da mesma natureza. No fim de dezembro, o Núcleo registrou um total de **532 autos sob seu acompanhamento**.

6.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia. No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **3.608** em processos que lhe foram submetidos.

6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

O setor também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No quarto trimestre de 2021 a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp efetuou **958 *atendimentos*** sobre questões referentes ao próprio Sistema AUDESP – Módulos I, II, III e IV, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

A Divisão atuou na manutenção e elaboração de dashboards (painéis de análises) utilizando a ferramenta "POWER BI", a fim de aprimorar as ferramentas de fiscalização desta Corte e do RECON05/2021 -Cruzamento de dados se servidores públicos com funcionários de Organizações Sociais suspeitas.

No trimestre, a Audesp deu continuidade aos trabalhos de aperfeiçoamento e implantação dos **Projetos Ares** (efetua análises de redes societárias), **Áquila** (responsável pelo envio de alertas à fiscalização), **Faro** (ferramenta para análise de risco de obras) e FASE VI –AUDESP.

Convém destacar o trabalho desta Divisão, em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e demais Tribunais de Contas, no desenvolvimento do Alice Nacional (sistema de inteligência artificial capaz de cruzar informações de todos os Tribunais de Contas a fim de verificar indícios de irregularidades nas licitações), com a extração de resultados e envio de alertas de editais aos Departamentos de Fiscalização.

6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **888 processos.**

6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

6.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 17.309, de 29 de dezembro de 2020, que "Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2021" foi elaborado em observância à Lei nº 17.286, de 20 de agosto de 2020 que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2021".

A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em **R$ 1.030.537.561,00,** sendo **R$ 1.027.263.065,00** para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e **R$3.274.496,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.286/20), o Decreto N.º 64.488, de 22 de janeiro de 2021, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2021 e a Portaria Conjunta SO-SPOF-1, de 28 de janeiro de 2021.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2021 (Decreto n.º 64.488/2021) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

No trimestre, não houve alterações relativas ao Orçamento desta Corte, além das já apresentadas em Relatórios de Atividades anteriores.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2021, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de dezembro de 2021.

Tabela 7 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2021 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Fevereiro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Março	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Abril	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Maio	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Junho	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Julho	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Agosto	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Setembro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Outubro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Novembro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Dezembro	78.144.765	7.637.563	199.891	-	7.837.454	85.982.219
TOTAL	**933.628.339**	**91.246.792**	**2.387.934**	-	**93.634.726**	**1.027.263.065**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2021 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Fevereiro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Março	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Abril	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Maio	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Junho	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Julho	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Agosto	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Setembro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Outubro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Novembro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Dezembro	0	274.092	-	274.092	86.256.311
TOTAL	0	**3.274.496**	-	**3.274.496**	**1.030.537.561**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2021 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Fevereiro	77.771.234	7.600.839	2.098.913	-	9.699.752	87.470.986
Março	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Abril	77.771.234	7.600.839	4.218.913	-	11.819.752	89.590.986
Maio	77.771.234	7.600.839	1.198.913	-	8.799.752	86.570.986
Junho	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Julho	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Agosto	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Setembro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Outubro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Novembro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Dezembro	78.144.765	7.637.563	199.891	-	7.837.454	85.982.219
TOTAL	**933.628.339**	**91.246.792**	**9.307.934**	-	**100.554.726**	**1.034.183.065**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2021 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Fevereiro	0	3.272.764	-	3.272.764	90.743.750
Março	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Abril	0	2.582.764	-	2.582.764	92.173.750
Maio	0	4.772.764	-	4.772.764	91.343.750
Junho	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Julho	0	7.272.764	-	7.272.764	92.843.750
Agosto	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Setembro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Outubro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Novembro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Dezembro	0	274.092	-	274.092	86.256.311
TOTAL	**0**	**20.084.496**	-	**20.084.496**	**1.054.267.561**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	74.658.684,76	5.253.313,71	-	-	5.253.313,71	79.911.998,47
Fevereiro	70.449.428,31	28.966.216,10	910.076,04	-	29.876.292,14	100.325.720,45
Março	75.539.084,37	10.304.805,10	389.073,57	-	10.693.878,67	86.232.963,04
Abril	70.874.272,71	4.226.819,37	16.380,00	-	4.243.199,37	75.117.472,08
Maio	67.077.454,97	2.438.092,39	367.990,00	-	2.806.082,39	69.883.537,36
Junho	71.636.910,63	1.888.827,24	10.624,96	-	1.899.452,20	73.536.362,83
Julho	75.766.045,30	5.001.616,72	19.689,95	-	5.021.306,67	80.787.351,97
Agosto	69.816.896,90	3.698.700,97	(200,00)	-	3.698.500,97	73.515.397,87
Setembro	75.168.420,20	2.017.833,44	131.457,60	-	2.149.291,04	77.317.711,24
Outubro	71.919.236,93	4.116.735,35	55.560,00	-	4.172.295,35	76.091.532,28
Novembro	76.349.402,86	6.381.782,68	-	-	6.381.782,68	82.731.185,54
Dezembro	110.727.198,69	7.732.890,17	67.921,47	-	7.800.811,64	118.528.010,33
TOTAL	**909.983.036,63**	**82.027.633,24**	**1.968.573,59**	**-**	**83.996.206,83**	**993.979.243,46**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	610,00	-	610,00	79.912.608,47
Fevereiro	-	3.064.664,22	-	3.064.664,22	103.390.384,67
Março	-	84.326,00	-	84.326,00	86.317.289,04
Abril	-	31.294,50	-	31.294,50	75.148.766,58
Maio	-	570.290,00	-	570.290,00	70.453.827,36
Junho	-	-	-	-	73.536.362,83
Julho	-	-	-	-	80.787.351,97
Agosto	-	482.800,00	-	482.800,00	73.998.197,87
Setembro	-	4.688.465,45	-	4.688.465,45	82.006.176,69
Outubro	-	212.831,62	-	212.831,62	76.304.363,90
Novembro	-	23.178,00	-	23.178,00	82.754.363,54
Dezembro	-	361.052,00	-	361.052,00	118.889.062,33
TOTAL	**-**	**9.519.511,79**	**-**	**9.519.511,79**	**1.003.498.755,25**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 13 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Realizado – Despesas Correntes - ok

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	74.658.684,76	2.995.870,81	-	-	2.995.870,81	77.654.555,57
Fevereiro	69.750.428,31	4.992.210,04	58.813,90	-	5.051.023,94	74.801.452,25
Março	75.556.203,02	5.889.877,54	80.573,05	-	5.970.450,59	81.526.653,61
Abril	70.891.411,36	5.927.455,44	421.315,11	-	6.348.770,55	77.240.181,91
Maio	67.094.593,62	4.377.646,92	114.374,54	-	4.492.051,46	71.586.645,08
Junho	71.654.049,28	5.025.892,94	80.272,01	-	5.106.164,95	76.760.214,23
Julho	75.782.126,06	6.068.038,09	75.201,37	-	6.143.239,46	81.925.365,52
Agosto	69.834.473,71	5.400.845,91	100.928,40	-	5.501.774,31	75.336.248,02
Setembro	75.197.997,03	7.256.549,54	102.938,91	-	7.359.488,45	82.557.485,48
Outubro	71.967.211,64	5.957.860,89	164.473,88	-	6 .122.334,77	78.089.546,41
Novembro	76.395.705,80	7.574.761,73	107.340,68	-	7 .682.102,41	84.077.808,21
Dezembro	111.200.152,04	20.519.518,39	662.341,74	-	21.181.860,13	132.382.012,17
TOTAL	**909.983.036,63**	**81.986.558,24**	**1.968.573,59**	**-**	**83.955.131,83**	**993.938.168,46**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 14 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Realizado – Despesas de Capital - ok

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	77.654.555,57
Fevereiro	-	-	-	-	74.801.452,25
Março	-	610,00	-	610,00	81.527.263,61
Abril	-	19.532,00	-	19.532,00	77.259.713,91
Maio	-	33.603,65	-	33.603,65	71.620.248,73
Junho	-	51.868,50	-	51.868,50	76.812.082,73
Julho	-		-	-	81.925.365,52
Agosto	-	1.427.438,64	-	1.427.438,64	76.763.686,66
Setembro	-	-	-	-	82.557.485,48
Outubro	-	1.987.368,55	-	1.987.368,55	80.076.914,96
Novembro	-	10.580,00	-	10.580,00	84.088.388,21
Dezembro	-	397.820,52	-	397.820,52	132.779.832,69
TOTAL	**-**	**3.928.821,86**	**-**	**3.928.821,86**	**997.866.990,32**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado
Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, o Balancete Bimestral da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referente ao 1º, 2º, 3º, 4º e 5º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado dos dias 31 de Março, 29 de Maio, 30 de Julho, 30 de Setembro e 28 de Novembro de 2021, respectivamente.

6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

Quanto ao desenvolvimento e manutenção de sistemas, o DTI, no trimestre, providenciou atualizações nos Sistemas **"Painel de gestão de Enfrentamento ao Covid**" (PowerBi – Vacinação), **"Teletrabalho"** (adequando à Resolução nº 04/2021) e na plataforma gráfica denominada **"Visor"**. Além de atuar no suporte e viabilização dos questionários do **IEGM, IEGPrev e Covid-19**.

Também foi responsável pela implementação do **Pré-Relatório da Fiscalização – Quadrimestral 2021**, disponibilizado no Painel do Município, que trouxe informações como: índices IEGM, Resultado da execução orçamentária do período, Alertas LRF art. 59 1º, I,II e V, quadro comparativo com limites da LRF, Limites para despesas de Pessoal, Aplicação em Ensino – Art. 212 e Fundeb, Aplicação em Saúde e Excel com tabelas para Ajustes da Fiscalização.

No período, o DSIS atuou na inclusão de novas funcionalidades aos sistemas relacionados aos **SisCOE, WorkFlow-DGA e Certidões de Vacinação.**

No período, foi iniciado o contrato de colaboração Integrada que prevê o incremento na utilização dos espaços na "nuvem" em detrimento aos servidores deste Tribunal para o armazenamento de arquivos.

Com relação ao serviço de atendimento ao usuário, o DTI realizou **4.644 atendimentos telefônicos**, sendo **2408 para usuários internos e 2.136 para usuários externos**. No período também foram gerados **4.122 chamados de atendimento**, com um total de **4.040 finalizados**.

6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no quarto trimestre, elaborou **967 manifestações em processos e expedientes**, compreendendo a análise da admissibilidade de consultas, recursos diversos, ações de revisão e rescisão de julgado, bem como a verificação e respectivo envio de informações encaminhadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **65 processos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **814 ações** em que este Tribunal se situa no polo passivo, e de **20 processos judiciais** em que a Corte atua no polo ativo, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também se encontra vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas** que, no trimestre, promoveu **79 eventos**, dentre reuniões, cursos e produção de podcasts.

Tabela 15 - Atividades da EPCP - 4º Trimestre

4º Trimestre - 2021	Quantidade de Eventos	Número de Visualizações
Reuniões Pedagógicas	32	-
Cursos e Eventos promovidos pela EPCP e/ou outros setores do TCESP	34	26.065
Podcast PodContas	8	854
Total	**74**	**26.919**

6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte.

No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo Centro de Gestão do e-TCESP apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 16 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.

	Descrição	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Atendimentos	Telefone	**310**	**342**	**234**	**886**
	Fale Conosco	**460**	**433**	**364**	**1257**
	"Web"	230	220	158	608
	"Phone"	4	0	0	4
	E-mail	4	0	2	6
	Outros	222	213	204	639
Cópias Digitais (CDs) – Íntegras de Processos		**452**	**293**	**260**	**147**
Manifestações em Processos SEI		117	2876	3202	2050
Envio de e-mails (Comunicados)		200	86	87	46
Cadastros	Advogados	**93**	**112**	**60**	**265**
	Partes	**363**	**323**	**322**	**1008**
	Órgãos	**12**	**9**	**5**	**26**
	Participação **PILOTO**[1]	**4**	**1**	**1**	**6**
	Processos Cadastrados **PILOTO**	**15**	**11**	**7**	**33**
	Liberação do **PILOTO** para Produção	**5**	**0**	**1**	**6**

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, evolução e manutenção do e-TCESP, destaca-se a incorporação de melhorias ao módulo RADAR e-TCESP, que abarca dados estatísticos relativos ao trâmite processual.

[1] *Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.*

6.6. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.225 atendimentos** neste Trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, processou **56 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:

Portal WEB	WhatsAPP	0800	e-SIC
787 Solicitações	281 Solicitações	101 Solicitações	56 Solicitações

Registre-se ainda o total de **3.030 solicitações** de suporte técnico a sistemas efetuadas por cidadãos e jurisdicionados por meio do Portal da Ouvidoria. Estas solicitações foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas da Corte, responsáveis por tais atendimentos.

6.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP. A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e iniciativas institucionais.

No 4º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **123 matérias** noticiando julgamentos de processos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (sobre agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);

- **10 edições** da Newsletter "Notícias do Plenário", com periodicidade semanal, contendo as principais notícias e links das decisões/julgamentos das Câmaras e Tribunal Pleno.
- Elaboração e diagramação das matérias que encabeçaram as **50 edições** do Diário Oficial do Estado, publicadas ao longo deste trimestre;

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP se faz presente:

	A página registra 14.846 curtidas de página e 16.507 seguidores desde a abertura da conta oficial do TCESP no Facebook em 2013.
	O perfil registra 8.766 tweets (mensagens encaminhadas) desde 2009 (abertura da conta oficial do TCESP no Twitter) e 4.907 seguidores.
	O canal registra 7.699 inscritos desde a abertura da conta oficial do TCESP no YouTube em 2013 e 424.205 visualizações.
	15.090 fotos postadas desde abertura da conta oficial do TCESP no Flickr em 2015.
	O perfil registra 1.224 publicações desde a abertura da conta oficial do TCESP no Instagram em 2016, com 4.737 seguidores.

6.8. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

6.9. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 4º trimestre de 2021 o Cerimonial se fez presente em **22 eventos internos.**

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **4º Trimestre de 2021**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES:78872650615 Assinado de forma digital por CRISTIANA DE CASTRO MORAES:78872650615 Dados: 2022.02.17 11:04:18 -03'00'

CRISTIANA DE CASTRO MORAES
PRESIDENTE

8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados

Tabela 17 – Comunicados expedidos pelo GP no 4º Trimestre

COMUNICADOS GP			
Área	**Comunicado**	**Título**	**D.O.E.**
GP	51/2021	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 01/12/2021	**02/12/2021**
GP	50/2021	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 24/11/2021	**25/11/2021**
GP	49/2021	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 17/11/2021	**23/11/2021**
GP	48/2021	Processos digitalizados que passam a tramitar em meio eletrônico	**13/11/2021**
GP	47/2021	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno- Sessão de 10/11/2021	**11/11/2021**
GP	45/2021	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 20/10/2021	**21/10/2021**
GP	44/2021	Alertas de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao quarto bimestre (RRO) e segundo quadrimestre (RGF) do ano de 2021 das Câmaras e Prefeituras Municipais	**20/10/2021**
GP	43/2021	Relação de processos digitalizados que passam a tramitar em meio eletrônico	**09/10/2021**
GP	42/2021	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 06/10/2021	**07/10/2021**

Tabela 18 – Comunicados expedidos pela SDG no 4º Trimestre

COMUNICADOS SDG			
Área	**Comunicado**	**Título**	**D.O.E.**
SDG	58/2021	Volume de processos julgados no 4° TRIMESTRE do exercício de 2021	**14/12/2021**
SDG	57/2021	Movimentação de processos em tramitação	**10/12/2021**
SDG	56/2021	Questionário – Desapropriações de imóveis	**08/12/2021**
SDG	55/2021	Comunica que se encontra em fase de testes a Ferramenta de Análise de Risco de Obras-FARO	**25/11/2021**
SDG	54/2021	Calendário de obrigações do Sistema AUDESP - 2022	**25/11/2021**
SDG	53/2021	Movimentação de processos em tramitação	**24/11/2021**
SDG	52/2021	Proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação	**05/11/2021**
SDG	51/2021	Número de Processos Instruídos em Fiscalização, ATJ e SDG no 3º trimestre de 2021, bem como os relatórios de atividades de DTI e AUDESP no período	**27/10/2021**
SDG	50/2021	Total movimentação de processos em tramitação em todas as dependências da Casa	**09/10/2021**
SDG	49/2021	Volume de Processos Julgados no 3º Trimestre - Tribunal Pleno, Câmaras e Julgador Singular	**08/10/2021**
SDG	48/2021	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios e subvenções	**05/10/2021**

ESTADO DE SÃO PAULO
TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo
PRO·BRASILIA·FIANT·EXIMIA